

----- **ACTA N.º 24/2008** -----

----- Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

----- Hélder Bruno da Fonseca Gomes; -----

----- José Luís Saúde Cabral; -----

----- Rui Jorge Pinto Correia. -----

----- Faltou a esta reunião o Senhor Vereador António Graça Silva por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Administrativa Especialista. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu-se mais uma vez, aos acessos que foram efectuados na Variante, dizendo que já tinha dado tempo suficiente, para que o assunto estivesse resolvido, incluindo a análise do Gabinete Jurídico. Estas passagens foram feitas à revelia da Câmara, e estas deveriam ser embargadas e levantados o respectivos autos aos

prevaricadores. A Câmara deveria ter repostado as passagens tal como estavam, apresentar-lhes a factura dos trabalhos e levantar-lhes um auto e respectivas coimas. Uma Variante que ficou caríssima a este Município, os proprietários dos terrenos confinantes foram indemnizados, com quantias exorbitantes, não podem colher novamente benefícios com abertura ilegal de passagens diversas, deixando esta de ter as características para que foi executada, passando a ser um arruamento urbano, perante a passividade da Câmara, começam a surgir construções de moradias com acessos directos para a Variante. Neste sentido a Câmara tem sido bastante condescendente para com esses abusos. -----

----- Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** disse discordar de alguns pontos apresentados, nomeadamente no que concerne à Câmara, que tem sido condescendente com os abusos das pessoas. Referiu que neste seu mandato só houve um problema com um acesso e a Câmara deu conhecimento do assunto, fizeram um levantamento no local e o Gabinete Jurídico deu início a um processo devidamente instruído. O Senhor já foi notificado para vir prestar declarações. Com certeza que ele irá repor o pavimento tal como estava, porque se assim o não fizer a Câmara irá imputar-lhe os custos.-----

----- Disse ainda, que há propriedades que confinam com a Variante e talvez haja algumas a precisarem de acesso, mas essa responsabilidade não lhe pode ser imputada. Se a situação do infractor foi ou não valorizada, o Senhor Presidente disse, que certamente que não foi ele a fazê-lo. No que diz respeito à Variante, todas as obras com esta conjuntura têm sempre caminhos paralelos, confinantes, e que dão acesso directo às propriedades. As expropriações deveriam ter sido efectuadas por peritos e quem as executou é que deverá ser responsabilizado. Discorda completamente com a condescendência desses abusos, porque todos os outros acessos já existiam à entrada do seu mandato, e só foi levantado este processo em 2008. Disse que a Variante pode ter lesado algumas

pessoas, mas só o Gabinete Jurídico é que se poderá pronunciar, uma vez que tem em mãos todo o processo para ser analisado. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse aceitar em parte as explicações dadas pelo Senhor Presidente, mas o auto de embargo já deveria ter sido feito há mais tempo, esperando mais celeridade neste processo. Convida o Senhor Presidente a deslocar-se ao local para ver os vários acessos feitos, apesar de os proprietários terem acesso por um lado e estarem a fazer novos acessos directos à Variante. Ao contrário do que diz o Senhor Presidente da Câmara há mais serventias pela Variante e que estão a ser feitas à revelia. A Câmara tem funcionários cuja função é zelar pelos interesses do Município e que têm o dever de informarem o Senhor Presidente do que se passa no Concelho, sendo que, a cada funcionário cabe uma função e em todos os sectores da Câmara existem colaboradores, que ao não informarem, estão a ser maus funcionários. Na sua opinião, cabe aos fiscais o dever de fiscalizar e informar, não pretende com esta sua afirmação, ser julgado, de estar a fazer uma denúncia, porque não é essa a sua intenção. Sugere que se faça um levantamento de todos os acessos efectuados. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que ao ter conhecimento do caso, mandou o fiscal municipal e a GNR ao local, e por isso foi levantado um auto. Depende agora do Gabinete Jurídico dar celeridade, porque foi dado conhecimento ao Senhor António Faria no dia quinze de Julho do corrente ano. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que a atitude tomada pelo Senhor Presidente foi a correcta, tendo agido da melhor forma ao informar o Gabinete Jurídico, no entanto, este ainda não apresentou o resultado final do auto e o Senhor Presidente deve questionar o Gabinete Jurídico

quanto aos prazos para decorrer o processo, que em seu entender, não só neste caso como em outros deveria ser mais célere. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

----- **HABITAÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DE PERMUTA DE ÁREA CONSTRUÍDA PELO TERRENO;** -----

----- **PEDIDO DE SUBSÍDIO FINANCEIRO – JUNTA DE FREGUESIA DE LINHARES DA BEIRA;** -----

----- **RENOVAÇÃO/ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA RELATIVO A UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO – Requerente: Casa D. João Oliveira Matos;** -----

----- **RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2009 – Requerente: Maria de Lurdes P.P. Monteiro – Decorações Prata Monteiro;** -----

----- **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL EM LUGAR PRIVADO PARA O ANO DE 2009 – Requerente: Correios de Portugal, SA;** -----

----- **ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMT – Requerente: “Telemanos”;** -

----- **PLANO DE FEIRAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA.** ----

----- **I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZANOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E OITO** -----

----- Foi presente a acta número vinte e três da reunião ordinária do Executivo de dezanove de Novembro, de dois mil e oito, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

----- **Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

----- **II - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

----- **ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009**-----

----- O Senhor Presidente da Câmara submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, bem como, as Grandes Opções do Plano, para o ano de 2009, documentos que se anexam a esta acta (**anexo I**), para análise e aprovação do Executivo.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** deu de seguida, a palavra ao Técnico Superior da Área Financeira, para uma explicação mais detalhada.

----- Pelo **Técnico Superior** foi feita uma análise às diversas rubricas que compõem as GOP'S, tendo o Senhor **Vereador Hélder Bruno** questionado sobre a forma como foi elaborado o Orçamento, uma vez que, por norma elabora-se o Orçamento da Despesa (que inclui as GOP's) e depois tenta-se conseguir receita suficiente para fazer face à despesa (investimentos) prevista. Quando o correcto, seria fazer exactamente o contrário, (com base nos recursos do Município planear o que se pretende fazer, evitando desta forma o empolamento do orçamento, que poderá ser verificado com o grau de execução do mesmo no final do ano).-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** fez referência à página n.º 1 "Receita de Publicidade" e disse que em conjunto com o Senhor Vereador Rui Correia irão, numa próxima reunião, apresentar uma proposta, sobre as Taxas de Publicidade, uma vez que na sua opinião, deveriam os comerciantes serem isentados em alguns tipos de publicidade devido aos problemas económicos do Concelho e do País.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** referiu as grandes dificuldades económicas por que está a passar este Município e tiveram que mexer nos Regulamentos. As cobranças de taxas vieram a desempenhar um papel significativo, a nível de receitas, para se conseguir gerir esta Autarquia. É certo que vieram penalizar, mas também vieram trazer alguns benefícios. Têm que criar receitas, se pretendem efectivar obras no Concelho, porque só as verbas do FEF não chegam. O que as pessoas pretendem do Executivo são obras e o pagamento aos fornecedores. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que a proposta que apresentam é uma redução de verbas nalgumas áreas. Gasta-se muito dinheiro nesta Autarquia, em campanhas. E inquiriu que tipo de retorno esta Autarquia teve com estas campanhas tais como, as Escapadinhas. Se tem valido a pena? Se o investimento tem compensado? -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente, pois acha que o Concelho fica conhecido e há sempre pessoas que vão aderindo. Tem a ver também com os próprios restaurantes. É uma forma do nosso Concelho ser reconhecido a nível local e nacional. A Câmara não quer receita, pelo contrário, quer o benefício dessas pessoas que vêm e facilmente aderem aos programas. O exemplo da semana gastronómica, dedicada ao borrego, em que as pessoas aderiram e os restaurantes ficaram bastante satisfeitos. As Casas de Turismo também nos contactam para poderem receber pessoas durante uns dias. -----

----- Disse que gostaria de ter no Concelho um evento também de grandes dimensões mas estão situados numa zona de baixa densidade populacional. As pessoas ao visitarem Celorico da Beira num fim-de-semana ou até durante uma semana conhecem um espaço museológico, o próprio retalhista vende mais queijo e tudo isto é um incentivo ao negócio. É bom o Concelho de Celorico da Beira ser divulgado na televisão. No passado não havia divulgação neste concelho, mas hoje já há, e só pelo

facto de se trazerem mil pessoas, como exemplo, já é bom. O que se pretende é uma imagem não só com qualidade mas também com óptimos produtos. Tudo isto envolve investimento em publicidade e é natural que a despesa seja maior que a receita. Mas o importante é não perder uma marca. Começam a aparecer mais pessoas neste evento do Borrego, do que na própria Feira do Queijo. É uma troca de culturas que passa a existir.

----- O Senhor Presidente referiu também a divulgação feita nas feiras do Queijo de Lisboa, Porto e agora em Coimbra, onde pela primeira vez aconteceu este evento. As pessoas vão buscar prospectos da Câmara e do Concelho e tudo isto traz despesas, mas se assim não for, também não traz desenvolvimento. É toda uma envolvência, não só como as feiras são realizadas, é a compra do queijo aos produtores o aluguer das tendas, não falando das despesas com o pessoal, que estão envolvidos nesses certames.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** perguntou qual a receita que trouxe para a Câmara o programa “Escapadinhas”.-----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que têm que apostar na área do Turismo, porque senão podem perder as oportunidades. Têm que fazer a promoção e divulgação do evento.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** falou sobre o Parapente em Linhares da Beira realizado pela Associação Juvenil e cujo programa trouxe muita gente ao Concelho. Disse que gostaria que esta despesa trouxesse mais receita, não para a Câmara, mas sim para as pessoas envolvidas nos projectos.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno**, referiu que consta na receita uma verba de 7 milhões e questiona de onde vem este dinheiro e quais as receitas donde provem essa quantia.-----

----- O **Técnico Superior** disse que é proveniente de projectos de obras de Programas FEDER, INTERREG, QREN, PROVER. É uma verba que tem que estar prevista na receita. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** propõe que estes documentos quando forem enviados para análise, sejam acompanhados com uma informação, onde conste o programa e a verba que se lhe destina e a previsão que é feita para cada projecto. É só discriminar a origem do dinheiro. Devem trazer uma justificação, para que sejam mais transparentes e quem estiver a analisar perceba que estes 7 milhões são provenientes de candidaturas que estão já feitas, outras a prever, para que possa ser feita uma leitura e uma análise, dos documentos, mais facilmente. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** fez um alerta para dois dos projectos que podem trazer benefícios para Celorico da Beira. O Parque Ambiental de Celorico da Beira, a Ciclovía junto ao Parque, uma pista de Pesca Desportiva, o programa PROVERE de Aldeias Históricas, o Posto de Turismo, em Linhares da Beira, as Instalações Sanitárias que não existe na freguesia, a Oficina de Turismo, os Moinhos da Água também em Linhares da Beira. A contratualização do Pavilhão Multiusos, a Requalificação do Centro Histórico e do Mercado Municipal. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** fez uma proposta para ficar em acta, para que os documentos passem doravante a terem discriminado as candidaturas que o Executivo esteja a pensar fazer. Em suma, além da obra que será contemplada deve ser discriminada a verba que lhe será atribuída. -----

----- Referiu que se encontra uma rubrica, no orçamento, relativa a viadutos, arruamentos, obras complementares, o Senhor Vereador

questiona se este valor se aproxima mais ou menos da realidade daquilo que se pretende fazer. E continuou a questionar se há a necessidade do valor continuar a constar quando na realidade o valor do ano anterior ter sido diferente, estar orçado um valor e ser gasto apenas uma parte.-----

----- O **Técnico Superior** referiu que esse valor tem que continuar a estar previsto na rubrica, enquanto o Executivo estiver a prever executar as obras e há obras que têm que transitar para o ano seguinte.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** questionou sobre os outros trabalhos especializados que constam na rubrica do Orçamento e quer saber quais os trabalhos que fazem parte desta rubrica.-----

----- Ainda sobre a Empresa Municipal, pergunta se há ou não uma injeção de capital para a EMCEL.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu afirmativamente que já tiveram de injectar alguma verba na EMCEL, mas já houve uma redução significativa. Durante os próximos anos terá que haver mais contenções. Disse que há uma alteração aos Estatutos da Empresa e que será presente à próxima reunião.-----

----- Têm que ter outros equipamentos. Há pequenos nichos de mercado que podem trazer lucro e que podem vir a reduzir o investimento na Empresa Municipal. Porém há outros que vão dando lucro. Há equipamentos com cariz social que não dão lucro tais como as Piscinas Municipais e o Cinema.-----

----- Por fim, o Senhor Presidente agradeceu aos funcionários e a todos que estiveram envolvidos na elaboração do orçamento e que passaram noites consecutivas a trabalhar neste documento.-----

----- O lema foi tentar reduzir o orçamento.-----

----- Sobre as Grandes Opções do Plano, o Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que o Programa de Apoio ao Associativismo não funciona e que já era tempo de o assumirmos. -----

----- Sobre o portal da Net, a Guarda Digital, o Senhor Vereador pergunta qual o trabalho que esta empresa está a fazer e qual o grau de satisfação entre os nossos serviços informáticos e os serviços prestados pela empresa. Deviam ser estudadas outras alternativas para haver uma página na Internet uma vez que existem espaços que estão desactualizados, como por exemplo, boletins que são de anteriores mandatos. -----

----- Pergunta ainda para quando a revisão do PDM. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que por enquanto ainda não podem avaliar, porque ainda há serviço a desenvolver, mas há quem conteste a Guarda Digital e outros que são acérrimos defensores destes serviços. -----

----- Eles querem impor o seu próprio projecto, mas ainda não foi nada validado. O valor em mente vai ser outro. -----

----- No que concerne ao PDM a comissão de acompanhamento estava desactualizada. Há entidades que têm que ser consultadas às quais esta Autarquia já fez os procedimentos, mas alguns nem respondem e a CCDRC está a pressionar a Câmara. Há poucas Câmaras que estão a rever o PDM. Em questões de tempo, vai haver demora porque existem muitos entraves, mas não é culpa desta Câmara. -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** perguntou o que era Celorico em Forma e o Museu Pessoa? -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que ficou perplexo quando viu na televisão a notícia, pois só agora se está a elaborar um estudo sobre o Museu. O Celorico em Forma é um programa Prover, e está associado aos Idosos do Concelho com o intuito de os incentivar a fazer percursos

pedestres. É importante que a Câmara arranje uma parceria para poderem também investir. Convidam o Celorico Activa, a EMCEL, as Juntas de Freguesia e outros. -----

----- Sobre o equipamento geriátrico o Senhor **Vereador Hélder Bruno** perguntou qual o tipo de candidatura que têm pensada e referiu que juntamente com o Senhor Vereador Rui Correia lançaram esta ideia como proposta acerca de dois anos atrás. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que há espaços verdes para crianças e a Câmara está a pensar fazer um para os idosos efectuarem algumas actividades, isto, no âmbito da rede social -----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** apontou os aspectos positivos: o Centro Escolar de Celorico da Beira e da Lageosa; a preocupação na questão ambiental, as zonas de lazer, os parques ambientais, a biodiversidade, os percursos pedestres, a Biblioteca Municipal que espera estar concluída em 2009, investimentos ao nível informático, (porque a nível de Câmara tem que haver um melhor sistema informático) e o Parque empresarial. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que nas GOP's, os Serviços Culturais Recreativos e Religiosos, as obras, já estavam concluídas, pelo que, o Técnico Superior respondeu que existiam algumas dívidas por liquidar e que são dívidas já antigas. Ainda sobre as dívidas existentes e supra-referidas o Senhor Vereador perguntou se as Igrejas, que são património eclesiástico, não têm uma Comissão Fabriqueira que possa suportar essas despesas. -----

----- O Senhor Vereador disse ainda, que esperava ver neste Orçamento uma obra que era a do "Relvado Sintético". -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que os primeiros relvados não tinham sido aprovados, mas já tinha sido feita uma primeira candidatura “Mini Campo de Futebol – Relvado Sintético”.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que o Programa de Apoio ao Associativismo não funciona e o Executivo não conseguiu criar uma forma estruturada para que funcionasse. O programa P.A.A., continua com grau elevado de incoerência porque não está a ser utilizado por algumas associações, estando outras a beneficiar dele.-----

----- Disse que o P.A.A. é para ser mantido, devendo funcionar de uma forma mais coerente e que trate as Associações de igual forma.-----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que essa questão depende da disponibilidade financeira de que se dispõe. Referiu que todas as Associações são apoiadas pelo Executivo a todos os níveis e prova disso foi a realização, através da rede social, de vários eventos nas mesmas Associações, mais concretamente com os idosos do Concelho.-----

----- A realização de actividades com as Associações em Lageosa do Mondego, Vale de Azares, Prados, Galisteu, Santa Casa da Misericórdia, entre outros, teve o apoio da Autarquia quer financeira, quer logística.-----

----- Referiu ainda, que todas as Associações estão em igualdade de circunstâncias no que se refere ao apoio concedido pela Câmara.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que há investimentos e actividades por parte das Associações. Se o P.A.A. funciona, que tenha regras e normas a cumprir. E o Senhor Vereador deu um exemplo para o caso de ser atribuído um subsídio a uma associação. Se esta se candidatar ao P.A.A. ou caso opte por mandar um ofício para a Câmara, o valor a receber é diferente. No seu entender cada Associação deveria mandar o Plano de Actividades no final do ano, para que no ano seguinte se soubesse o que receberiam. Também é de opinião que deveriam

apresentar um justificativo, dando conhecimento da forma como esse valor tinha sido utilizado. Acha que deve haver uma forma equitativa para todas as Associações de modo a que sejam contempladas de igual forma. O valor é que deveria ser diferente, conforme os Planos de Actividade que cada uma das Associações apresentasse.-----

----- O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que se optarem por essa via têm que preparar muito dinheiro e apresentarem um orçamento maior. Mas o problema continua a existir, porque as Associações vêm depois dizer que não estamos a contribuir. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** fazendo referência ao estatuto do direito de oposição, disse que os Vereadores da Oposição não foram chamados para participarem na elaboração do Orçamento para 2009, sendo este, um direito que os assiste. Disse ter sido um mandato fácil, porque o executivo encontrou da parte dos Vereadores da Oposição receptividade e um espírito de colaboração. Por ser o último Orçamento e GOP's deste mandato, mereciam ter sido tratados com maior atenção. A postura dos Vereadores da Oposição foi sempre de lisura e isenção, estando sempre com um espírito de colaboração, votando sim, ou não, mas dando sempre as respectivas justificações para a posição tomada.-----

----- Posto isto e porque é o último Orçamento e GOP's, modesto na sua essência, acham que deveriam ter sido mais arrojados na sua elaboração, mas é preferível ser um Plano e Orçamento realista atendendo à situação financeira desta Câmara, por esse motivo irão votar favoravelmente.-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que até à presente data foram apresentadas pela oposição oito propostas diferentes e uma moção e fazendo referência ao mapa de pessoal disse que espera que todos os lugares não sejam ocupados, porque é insustentável para a Câmara Municipal de Celorico da Beira. -----

----- Disse que deveriam incluir uma Psicóloga; que o Gabinete Social está bem composto; que exige trabalho de campo e que é necessário ter atenção às licenças sem vencimento.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que nunca pôs em dúvida que os Senhores Vereadores da oposição trabalharam de forma positiva, as questões que foram colocando, este Executivo sempre as apresentou. Foi solicitado às Juntas de Freguesia que fosse fornecido o que era de mais prioritário em cada freguesia. Foi feito um apanhado do que cada uma das Juntas desejava e de muitas o trabalho que pediam não era quase nada. Isto não traduz a falta de interesse da vossa parte e ainda bem que reconheceram o trabalho desempenhado ao longo deste mandato. Houve um bom trabalho e os Senhores foram alertando para várias situações, expondo as vossas sugestões que foram tidas em consideração.-----

----- Por fim, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Vereadores a forma como sempre colaboraram em prol da Autarquia.-----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** e em nome do Senhor Vereador Hélder Bruno, agradeceram a forma esclarecedora como o Técnico Superior apresentou este trabalho.-----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2009.**-----

----- **Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **ASSUNTO: 6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2008**-----

----- Submete-se ao Executivo para aprovação a sexta alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, em vigor no ano financeiro de 2008, documentos que ficam apensos a esta acta, **(anexo II)**.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que é a última alteração, dado que há rubricas no Orçamento que se encontram sem saldo, é necessário que elas sejam reforçadas, de modo a poderem ser efectuados os correspondentes pagamentos. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2008.** -----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **III – ANMP**-----

----- **ASSUNTO: PÓLO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA SERRA DA ESTRELA** -----

----- Foi presente documento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de vinte de Novembro, referente ao assunto em epígrafe, informando que numa reunião com Sua Excelência o Secretário de Estado do Turismo, tendo por temática o Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela, foram sublinhados os aspectos mais relevantes nesta temática e relativamente aos quais tem havido discordâncias por parte dos municípios, tendo-se reiterado que o problema existente reside nas regras consagradas nos Estatutos, que não reconhecem, como é necessário que o façam, a importância dos municípios em toda esta temática, salientando-se ainda a forma como foram indicados os diversos participantes na assembleia-geral, em que há casos de dupla representatividade, não sendo os mesmos representativos dos diversos sectores. Os aspectos fundamentais serão analisados pelo Senhor Secretário de Estado do Turismo.-----

----- Remetem a este município para conhecimento, um documento de trabalho da ANMP, no qual se faz o enquadramento de toda esta temática. -

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **ASSUNTO: REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS PARA O CONSELHO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO**-----

----- Foi presente documento da ANMP, datado de onze de Novembro do corrente ano, referindo que nos termos do n.º 1 do art. º10.º dos Estatutos da Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP aprovados pela Portaria 394/2008 de 5 de Junho integram o Conselho de Região Hidrográfica do Centro, entre outros, seis representantes dos municípios designados por cada NUT III existente da área territorial da ARH do Centro, IP e um representante das entidades gestoras de serviços de águas de nível municipal. Refere ainda, que consta do mesmo artigo, que a designação nominativa de tais representantes é realizada pela ANMP que deve consultar as Associações dos Municípios existentes na área territorial da ARH do Centro. Nesse sentido solicita o que tiver por conveniente sobre esta matéria.-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **IV - TIAGO BAGUINHO REIS**-----

----- **ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE LOTE DE TERRENO NA ZONA INDUSTRIAL**-----

----- Foi presente fax datado de dois de Outubro do corrente ano, enviado pelo Senhor Tiago Baguinho Reis solicitando uma informação a este Município sobre a possibilidade de adquirir um terreno para instalação de uma nova empresa, com CAE 15870, Fabricação de Condimentos e Temperos, solicitando nesse âmbito a aquisição de um lote de terreno com uma área não superior a 500m2. O projecto inicial contempla a criação de

três postos de trabalho, sendo sua intenção manter essa actividade por um período de tempo superior a 5 anos. Mais solicita que lhe seja indicado o valor do preço por metro quadrado na Zona Industrial. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** mostrou-se receptivo a esta intenção e disse que este processo está a ser analisado. É intenção deste Executivo contemplar os interesses das pessoas, para que possam surgir num futuro breve, mais propostas empreendedoras, com o intuito de virem a ser criadas melhores condições de vida para os nossos munícipes. -----

----- **A Câmara deliberou, analisar a proposta apresentada.**-----

----- **V – LATECMA**-----

----- **ASSUNTO: CEDÊNCIA DE TERRENO**-----

----- Foi recepcionado um ofício da firma Latecma, datado de vinte e um de Novembro do corrente ano, solicitando a cedência de um lote de terreno na Zona Industrial de Fornotelheiro, a fim de melhor desenvolverem a sua indústria. -----

----- Tal como no assunto anterior, o Senhor **Presidente da Câmara** expressou todo o seu empenho, no sentido de analisarem estes pedidos. ---

----- **A Câmara deliberou, analisar a proposta apresentada.**-----

----- **VI - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E SOCIAL DE MELHORAMENTOS QUINTAS DO SALGUEIRO**-----

----- **ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE INTERNET E DA MEO NA ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DAS QUINTAS DO SALGUEIRO -**

----- Foi presente ofício da Associação acima referenciada, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, a solicitar ajuda para a

instalação de Internet e de um aparelho da MEO nas Quintas do Salgueiro cujo orçamento importa:-----

----- Equipamento da MEO mais INTERNET, com instalação incluída e com IVA, durante 12 meses ficaria no valor compreendido entre os 800,00€ e os 850,00€.-----

----- **A Câmara deliberou suportar os custos da instalação do equipamento da MEO mais INTERNET, contudo, as mensalidades provenientes da sua utilização, devem ser suportadas pela Associação de Melhoramentos das Quintas do Salgueiro. Mais foi deliberado solicitar que seja enviado o orçamento referente ao equipamento.**-----

----- **VII - JUNTA DE FREGUESIA DE VIDE-ENTRE-VINHAS**-----

----- **ASSUNTO: CONTENTORES QUEIMADOS**-----

----- Foi presente ofício n.º 47 da Junta de Freguesia em referência, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, dando conhecimento que dois contentores do lixo que se encontravam no Largo do Terreiro tinham ardido, solicitando por isso a esta Autarquia, que os serviços competentes procedessem à sua remoção, bem como, à sua substituição.-----

----- **A Câmara deliberou que, logo que possível irá proceder à substituição dos mesmos, uma vez que de momento não existem contentores em stock.**-----

----- **VIII - ACAPO**-----

----- **ASSUNTO: PROPOSTA DE ASSINATURA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A ACAPO**-----

----- Foi presente documento da ACAPO, datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, propondo a assinatura de acordo de

cooperação entre a Delegação da Guarda da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal e a Câmara Municipal de Celorico da Beira.-----

----- É sugerida uma comparticipação mensal de 100€, que pode ser efectuada através de atribuição dessa verba ou através da prestação de serviços, como por exemplo transporte dos associados do Concelho de Celorico da Beira para a Guarda, para participarem em actividades organizadas pela ACAPO da Guarda, ou doação de material para esta Delegação.-----

----- Como contrapartida a ACAPO compromete-se a colaborar com esta Autarquia, sempre que solicitado, através da participação em acções de sensibilização para a comunidade, da promoção de acções de informação e formação sobre a temática da deficiência visual, da participação em eventos de âmbito cultural, desportivo, lúdico, da produção de material em Braille e em caracteres ampliados ou outros que contribuam para a integração dos deficientes visuais. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que em termos logísticos esta Câmara Municipal pode assinar o acordo de cooperação com a Delegação da Guarda da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal e em contrapartida está receptiva às sugestões apresentadas pela ACAPO.

----- **A Câmara mostrou-se receptiva à proposta da ACAPO para assinatura de um protocolo de cooperação, entre as duas entidades.**---

----- **IX – AENEBEIRAS**-----

----- **ASSUNTO: ANIMAÇÃO DE NATAL - PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

----- Foi presente ofício da AENEbeira datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, referindo que essa Associação em tempo oportuno apresentou uma candidatura ao MODCOM relativa à animação de Natal para vários concelhos dos quais este fará parte. Vai realizar neste Concelho de Celorico da Beira uma animação de rua, que decorrerá

durante um período de 15 dias, e por entenderem que a animação de Natal promove a actividade comercial nesta quadra natalícia e simultaneamente anima e qualifica o ambiente festivo do concelho vem solicitar a atribuição de um subsídio no montante de 7 495,81€, ou seja 50% do valor do auto financiamento. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o subsídio no valor de 7 495,81€.** -----

----- **X - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

----- **ASSUNTO: PAGAMENTO DE CONDOMÍNIO** -----

----- Foi presente informação do GAS datado de vinte e quatro de Novembro do corrente ano, solicitando que o pagamento do condomínio no montante de 60,00€ anuais seja efectuado à arrendatária Senhora Noémia Alzira Sousa, para que esta possa pagar o condomínio conforme contrato de arrendamento, em virtude da Administração do Condomínio sito no Bairro de Santa Luzia, bloco 20, não possuir n.º de identificação fiscal. -----

----- **A Câmara deliberou aprovar o pagamento da importância de 60,00 (sessenta euros) à arrendatária Senhora Noémia Alzira Sousa para pagamento do condomínio.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **ASSUNTO: ARRANJOS NA HABITAÇÃO** -----

----- Foi presente informação do GAS, solicitando arranjos numa habitação em Cortiço da Serra. -----

----- **A Câmara deliberou retirar o assunto da ordem de trabalhos, para uma análise mais detalhada.** -----

----- **ASSUNTO: FESTEJO DO S.MARTINHO – 2008** -----

----- Foi presente informação do GAS, datada de dezoito de Novembro, referindo que a Rede Social de Celorico da Beira está a organizar várias actividades, incluídas no Plano de Acção 2008 em colaboração com as Instituições Particulares do Concelho (IPSS). O objectivo destas actividades é o convívio entre idosos e parceria entre as IPSS. Assim, neste âmbito a Liga dos Naturais e Amigos de Prados está a organizar um Magusto, a fim de proporcionar a todos os idosos do concelho uma tarde de animação e convívio.-----

----- Este tipo de actividade torna-se muito importante para que os nossos idosos possam reviver tradições, recordando a sua juventude, confraternizar e reencontrar amigos de antigamente que habitam noutras aldeias do concelho. O espaço escolhido é o Lar de Prados por ter um salão bastante espaçoso para receber os idosos de outras IPSS do Concelho. Para que esta actividade se realize solicitam um apoio económico no valor de 350,00€. -----

----- **A Câmara deliberou aprovar o apoio solicitado no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), para o festejo do S. Martinho/2008.**-----

----- **XI – DGAL**-----

----- **ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS IMPOSTOS DO ESTADO EM 2008. PROCESSAMENTO DO DUODÉCIMO DE NOVEMBRO DE 2008**-----

----- Foi presente ofício da DGAL com a referência 010 (10.03.01) DFL, informando sobre o montante dos processamentos mensais a título de participação nos impostos do Estado no corrente ano, as retenções previstas e ainda a retenção/dedução em Novembro. -----

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **XII - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **ASSUNTO: SIADAP 2009** -----

----- Foi presente informação da Secção dos Recursos Humanos, datada de doze de Novembro do corrente ano, que se apensa a esta acta (**anexo III**) referindo que é com a maior brevidade possível que este Município deve iniciar o tratamento da implementação do SIADAP para 2009, para não ocorrer o vazio existente em 2008 e alertando o Senhor Presidente que o n.º 3 do art.º 6.º da Lei n.º 10/2004 de 22 de Março estabelece que *“os dirigentes dos serviços são responsáveis pela aplicação, garantindo o cumprimento dos seus princípios e a diferenciação do mérito”*, reportando-se esta referência nas autarquias, ao Presidente da Câmara.-----

----- Para o efeito é apresentado o cronograma para a implementação do SIADAP em 2009:-----

----- 1 - Definição da Missão, Visão e Objectivos – Não tendo existido nenhuma alteração legislativa do ponto de vista das atribuições e competências da Autarquia é sugerido que seja sujeita a reunião de executivo (para aprovação das mesmas) as definições apresentadas no ano anterior. -----

----- 2 - Nomeação dos Avaliadores para 2009 – em anexo juntam relação dos avaliadores e avaliados em 2007 para o Senhor Presidente decidir a sua concordância ou as alterações a fazer à mesma para elaboração do despacho de nomeação. -----

----- 3 - Nomeação do Conselho Coordenador de Avaliação – Nos municípios o CCA é presidido pelo Presidente da Câmara e integra os vereadores que exerçam funções a tempo inteiro, os dirigentes máximos e o dirigente responsável pela área de recursos humanos mantendo-se assim a composição do CCA do ano anterior. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as mesmas Definições que foram apresentadas no ano anterior, para passarem a vigorar para o ano de 2009.** -----

----- **XIII - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

----- **ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2009**-----

----- **Requerente: Escola de Condução G. Gomes - Ensino Automobilístico G. Gomes, Lda**-----

----- Foi presente informação interna do GTM n.º CN 451/2008, datada de vinte e oito de Novembro do corrente ano, informando que analisado o pedido se trata de uma renovação de estacionamento privado com a área de 17,50m² sito na Rua do Picoto, freguesia de S. Pedro, em Celorico da Beira, de apoio à Escola de Condução localizada nesta Vila na Rua Sacadura Cabral n.º 16, pelo que, não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido.-----

----- Em conformidade com o Regulamento de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, o lugar privado de estacionamento solicitado implica, o pagamento de uma taxa anual no valor de 343,20€ (17,50m² x 1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo).-----

----- **Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, implicando no ano civil corrente, o pagamento de uma taxa no valor de 343,20€.**-----

----- **ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, SITO NA QUINTA DAS INGOTAS, CELORICO DA BEIRA GARE, FREGUESIA DE FORNOTELHEIRO - EXECUÇÃO COERCIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO**-----

----- Foi presente informação da Secção de Obras Municipais datada de vinte e quatro de Novembro do corrente, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe foi deliberada a posse administrativa do imóvel em reunião do executivo de 1/10/2008, onde está a ser realizada a obra, de forma a permitir a sua execução coerciva.-----

----- A posse administrativa é realizada mediante e elaboração de um auto, onde, para além de se identificar o acto administrativo que tiver determinado a posse administrativa, é especificado o estado em que se encontra o terreno, a obra e as demais construções existentes no local, bem como os equipamentos que ali se encontrarem. -----

----- Conforme referido na Informação do Gabinete Jurídico n.º 147/08 de 17/09/2008, presente à reunião do executivo de 01/10/2008:-----

----- - A execução das obras pode ser feita por administração directa ou em regime de empreitada por ajuste directo, mediante consulta a três empresas titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas de classe e categoria adequadas à natureza e valor das obras; -----

----- - Para suportar as despesas com a execução coerciva, deve a Câmara accionar a caução prestada pelo promotor; -----

----- - A posse administrativa do imóvel onde está a ser realizada a obra de forma a permitir a sua execução coerciva. -----

----- Tendo o Executivo apenas deliberado sobre a posse administrativa do imóvel, deve ainda deliberar acerca da autorização da abertura do procedimento, bem como, da forma como pretende accionar a caução prestada. -----

----- Mais se informa que, a caução foi prestada através da hipoteca a favor da Câmara Municipal de vinte e um lotes, designadamente os lotes números sete a dez inclusive. -----

----- As obras de urbanização a executar são: -----

----- - Rede de Abastecimento de Água; -----

----- - Rede de Esgotos; -----

----- - Rede de Águas Pluviais; -----

----- - Infra-estruturas Eléctricas; -----

----- - Infra-estruturas Telefónicas; -----

----- - Rede Exterior de Gás; -----

----- - Projecto de Arranjos Exteriores; -----

----- Sendo o montante necessário, à sua execução, actualizado pelo
medidor orçamentista, de 323 991,58€, importância que deverá ser dotada
orçamentalmente.-----

----- **A Câmara deliberou, autorizar a abertura do procedimento
destinado à realização coerciva das obras em falta no loteamento sito
em “Quinta das Ingotas”, freguesia de Fornotelheiro bem como iniciar
o processo executivo da hipoteca dos vinte e um lotes a favor da
Câmara Municipal de Celorico da Beira.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **ASSUNTO: ROTUNDA DE INTERSECÇÃO DA E.N. 16 COM A
E.N. 102 - RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES PENDENTES COM O
SENHOR MANUEL FARIA, PROPRIETÁRIO DA PARCELA
CONFINANTE COM A REFERIDA ROTUNDA**-----

----- Foi presente informação técnica datada de dezanove de Novembro
do corrente ano, referindo que acerca do assunto em epígrafe, existem
duas informações técnicas de 2004 que indicam os trabalhos pretendidos
pelo município:-----

----- - Muro em betão ciclópico, encimado por rede na primeira
informação, e por gradeamento de ferro na segunda informação;-----

----- - 1 Portão na primeira informação, e 2 portões na segunda
informação;-----

----- - Rectificação da entrada principal;-----

----- - Alteração da localização da coluna de iluminação;-----

----- - Colocação de um ponto de água.-----

----- Da reunião tida com o Sr. Vice-Presidente, Serviços Técnicos e
Jurídicos desta Autarquia e o Município em 20/10/2008, resultou que se
elaboraria um acordo entre a Autarquia e o município, **se o Executivo
assim o entendesse**, no sentido de serem realizados os trabalhos
pretendidos pelo mesmo e ainda que o preço/m² pela área ocupada pela

Autarquia, mas não expropriada, seria de 15,00€ (preço/m²). Pretende também o município a rectificação da escritura efectuada à data das expropriações, e que fique explícito que terá uma isenção do pagamento de taxas referentes ao licenciamento de obras particulares, numa faixa de 50m em toda a extensão da sua propriedade confinante com a via pública. -

----- Assim, verifica-se que a informação prestada pela Técnica, o primeiro orçamento (resultante da 1.ª informação) apresentava um valor de 7 280,87€; o segundo orçamento (resultante da 2.ª informação) apresentava já um valor de 11 983,12€, ambos de 2004.-----

----- Apurados agora, em 2008, o montante dos trabalhos pretendidos pelo município, ascende a aproximadamente 25 000,00€. -----

----- Por um lado, o montante em causa tem vindo a aumentar, mas, por outro, argumenta o município, que tem de ser ressarcido, de alguma forma, pelo tempo que se encontra já a aguardar a resolução desta questão. -----

----- Presentemente, o que está para deliberação, são os trabalhos a realizar, a rectificação da escritura e a explicitação da isenção do pagamento das taxas de licenciamento numa faixa de 50m, em toda a extensão da sua propriedade, confinante com a via pública.-----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, que sejam realizados os trabalhos pretendidos, bem como a rectificação da escritura e a explicitação da isenção do pagamento das taxas de licenciamento numa faixa de 50m, em toda a extensão da sua propriedade, confinante com a via pública.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **XIV - SENHOR VEREADOR ANTÓNIO GRAÇA SILVA**-----

----- **ASSUNTO: REQUERIMENTO DE FÉRIAS**-----

----- Foi presente um requerimento do Senhor Vereador António Graça Silva, datado de vinte e oito de Novembro de dois mil e oito, informando que gozará férias, do dia dois até ao dia dez de Dezembro do corrente ano.

----- **A Câmara tomou conhecimento.**-----

----- **XV - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

----- **ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR -
APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**-----

----- **Requerente: Isabel Cristina Oliveira Gil do Nascimento**-----

----- Foi presente informação técnica, que se apensa a esta acta (**anexo IV**) datada de dezoito de Novembro do corrente ano, informando que o processo já foi sujeito a um pedido de informação prévia em 22 de Julho de 2005, o qual mereceu parecer favorável em reunião de executivo em 8/9/2005. -----

----- - Em 28/06/2006, requer a requerente “*licença para executar as obras constantes do projecto e da respectiva memória descritiva e justificativa...*”; -----

----- - Em 13/07/2006, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de S. Pedro, tendo emitido parecer favorável em 24/07/2006; -----

----- - Em 28/08/2006, foi elaborado um parecer técnico, referente à aprovação do projecto de arquitectura, a qual se anexa, propondo a aprovação do projecto de arquitectura;-----

----- - Em 10/01/2007, foi elaborado novo parecer técnico, o qual se anexa, referindo que:-----

----- “...será de deferir a pretensão do requerente. ...”-----

----- a qual mereceu despacho do Sr. Vice-Presidente – Dr. José Luís Cabral em 15/01/2007, mas retirado da reunião devido à situação do acesso;-----

----- - Em 21/05/2007, foi elaborada uma informação interna, que se anexa, referindo que o processo já tinha sido presente à reunião de Câmara de 17/01/2007, tendo o mesmo sido retirado da reunião. Refere também a realização de uma reunião com a requerente, onde foi comunicado que se iria estudar uma nova solução por forma a minimizar o

acesso à Variante, nomeadamente à rotunda. A mesma mereceu despacho do Sr. Presidente em 22/5/2007, referindo o seguinte: -----

----- *“Efectue-se o levantamento topográfico do terreno em causa e área envolvente “Rotunda, acesso e construções vizinhas e lotes contíguos”. Proceda-se à implantação da obra pretendida no levantamento de modo a averiguar a possibilidade de manter um arruamento paralelo à Variante de modo a minimizar o risco de acesso ao mesmo e terrenos contíguos.”*-----

----- O despacho do Sr. Presidente foi cumprido, como se pode verificar nas peças desenhadas que se anexam;-----

----- - Em 2/06/2008, requer o deferimento do pedido, tendo o mesmo merecido despacho do Sr. Presidente em 2/06/2008 para a secção de obras particulares para análise e tratamento do assunto, sendo o mesmo remetido para o Gabinete Jurídico em 4/06/2008; -----

----- - Em 3/07/2008, é elaborada a informação do Gabinete Jurídico, a qual se anexa, referindo que possui uma informação prévia e que o pedido de licenciamento do processo entrou dentro do prazo; -----

----- Conclusão:-----

----- Neste período de tempo, foram realizadas diversas reuniões com o Sr. Presidente, a Eng.^a Civil, a requerente, o técnico responsável pela elaboração do projecto, entre outros, cujo assunto do debate se reportava ao acesso à propriedade, dado que o mesmo se encontra a ser realizado pela rotunda da Variante. Acesso este que a requerente não se opõe a fazer tendo a mesma que se precaver de todos os cuidados e precauções, tanto na entrada como na saída da propriedade.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o acesso é realizado pela rotunda da variante, acesso esse que a requerente terá que tomar em consideração e assim precaver-se de todos os cuidados e precauções, tanto na entrada como na saída da propriedade.-----

----- Sendo assim, deve a mesma considerar o exposto e responsabilizar-se pela acessibilidade.-----

----- **A Câmara deliberou, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Rui Jorge Pinto Correia e Hélder Bruno da Fonseca Gomes e dois votos a favor, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, aprovar o projecto de arquitectura referente à construção de uma moradia unifamiliar.**-----

----- **Mais foi deliberado condicionar a aprovação do projecto de arquitectura de acordo com o parecer do IGAL.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** em representação da bancada do PSD, referiu que deveria ser ressalvado o direito da requerente pelo pedido formulado de “Construção de uma Moradia Unifamiliar”, no entanto, entende que este processo enferma de várias ilegalidades, tendo o seu início na aprovação de um estudo prévio e que, no nosso entender, um erro não pode ser sanado com um erro ainda maior. -----

----- Entendemos que deveria ser indeferido este processo de construção e serem salvaguardados os interesses, se necessário, com uma indemnização à requerente. Esta resolução deverá ser denunciada ao IGAL. -----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que atendendo a este parecer dos Senhores Vereadores do PSD, solicita com carácter de urgência que todo o processo seja conduzido de imediato para o IGAL. -----

----- **XVI – EMCEL**-----

----- **ASSUNTO: APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DA EMCEL PARA 2009** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta acta (**anexo V**), para análise e apreciação do Executivo. -----

----- O Senhor **Vereador Rui Correia** disse não entender como é que o Solar do Queijo fecha com saldo negativo. Afirmou que ele tem que dar lucro e não prejuízo.-----

----- Em seu nome e do Senhor Vereador Hélder Bruno disse que há uma preocupação do ponto de vista financeiro, apesar de estar dependente do subsídio da Câmara Municipal e por aquilo que lhes foi apresentado existe um trabalho ao qual tem que ser dado continuidade, nos próximos anos e o sentido de voto vai de encontro à forma positiva e optimista como lhes foi apresentado este Orçamento Previsional para 2009. O voto vai no sentido de aprovação.-----

----- O Senhor **Presidente da Câmara** disse que há situações para as quais já foram alertados, há questões positivas e dá os parabéns pela forma como o equipamento do Centro Gastronómico tem apresentado valores positivos e consideráveis, é uma unidade que tem dado algum lucro e estão a conseguir os seus objectivos. Acerca do Solar do Queijo, disse que este tem um carácter comercial mas que deveria mostrar outros resultados.-----

----- **Após análise do documento, a Câmara deliberou, aprovar o Orçamento da EMCEL, para 2009 e remeter o mesmo, para conhecimento, à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c), número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **HABITAÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DE PERMUTA DE ÁREA CONSTRUÍDA PELO TERRENO**-----

----- Foi presente informação interna do Senhor Vice-Presidente, referindo que após reunião tida com representante da Empresa Manuel Rodrigues Gouveia, se propõe alteração da permuta acertada em Junho de 2006, incluindo ainda acerto de valores, tendo por base o financiamento do IRHU.-----

----- A situação acertada em 2006, preconizava que a Câmara Municipal receberia 2 T2 e 1 T3 com respectivas arrecadações – permuta de área construída pelo terreno.-----

----- Actualmente a proposta que se apresenta é a seguinte:-----

----- - A MRG ficaria com 1 T3 da Câmara Municipal por sua conta bem como 1 T2, tendo que os comercializar, deixando a Autarquia de ter algum encargo com os dois fogos;-----

----- - A Autarquia recebe 3 fogos T4 em pagamento do terreno;-----

----- - A Autarquia deve entregar a quantia de 59 536€ à MRG referente à diferença da permuta actual com a permuta de 2006;-----

----- - A Autarquia adquire os restantes apartamentos através do acordo celebrado com o IRHU, nomeadamente 15 fogos T2 e 3 fogos T4, no valor de 1 303 431€ (valor da actual permuta incluído).-----

----- **A Câmara deliberou aprovar a proposta supra transcrita referente à alteração da permuta aprovada em reunião do Executivo em 7/6/2006, por mútuo acordo entre o Município de Celorico da Beira e a Empresa Manuel Rodrigues Gouveia.**-----

----- **Mais deliberou submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- O Senhor **Vereador Hélder Bruno** fez a seguinte declaração de voto:------

----- Relativamente a este assunto, referiu que este problema da habitação social já foi debatido em algumas reuniões do executivo por

iniciativa dos Vereadores do PSD uma vez que é preocupante a questão da habitação social. -----

----- Esta decisão de voto favorável referente à alteração de permuta entre o Município de Celorico da Beira e Manuel Rodrigues Gouveia, prende-se pelo facto de ter sido esclarecido que face aos agregados familiares que estão sinalizados é necessário que a Câmara Municipal de Celorico da Beira tenha T4 para os realojamentos e não os T2 como estavam referidos no anterior acordo. -----

----- **PEDIDO DE SUBSÍDIO FINANCEIRO – JUNTA DE FREGUESIA DE LINHARES DA BEIRA** -----

----- Foi presente ofício da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, datado de 30 de Novembro do corrente ano, solicitando apoio financeiro no valor de 2 000€ para pagamento das refeições referentes à montaria ao javali, realizada naquela freguesia no dia 25 de Outubro do corrente, bem como, para o almoço convívio do dia da inauguração do percurso pedestre no dia 16 de Novembro corrente. -----

----- **A Câmara deliberou conceder o apoio financeiro solicitado pela Junta de Freguesia de Linhares da Beira no valor de 2 000€ (dois mil euros).** -----

----- **RENOVAÇÃO/ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA RELATIVO A UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO – Requerente: Casa D. João Oliveira Matos** -----

----- Foi presente informação interna do GTM n.º CN 452/2008, datada de nove de Dezembro do corrente ano, informando que analisado o pedido a requerente pretende a renovação/isenção de um lugar de estacionamento privado para uma carrinha Toyota com a matrícula 07-82-VL, que se encontra demarcado junto à Casa D. João de Oliveira Matos, na Rua Maria Augusta Mocho nesta Vila de Celorico da Beira. -----

----- Sobre o pedido de renovação de um lugar de estacionamento privado, não há qualquer inconveniente no deferimento do mesmo.-----

----- Quanto ao pedido de isenção da sua taxa, informa que no Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, o lugar privado de estacionamento solicitado implica, o pagamento de uma taxa anual no valor de 343,20€ ($17,5\text{m}^2 \times 1,62\text{€/metro} \times 12 \text{ meses} + 3\text{€}$ de imposto de selo). Mais informa que a Casa D. João de Oliveira Matos tem por finalidade o exercício de acção social estando integrada numa I.P.S.S.--

----- **Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxa para o ano 2009, a Casa D. João de Oliveira Matos.** -----

----- **RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2009 – Requerente: Maria de Lurdes P. P. Monteiro – Decorações Prata Monteiro** -----

----- Foi presente informação interna do GTM n.º CN 453/2008, datada de nove de Dezembro do corrente ano, informando que analisado o pedido se trata de uma renovação de estacionamento privado com a área de 9m^2 sito na Rua Senhora da Graça, freguesia de Santa Maria em Celorico da Beira de apoio ao comércio Decorações Prata Monteiro, pertencente à requerente, pelo que não há qualquer inconveniente no deferimento pedido. -----

----- Em conformidade com o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, o lugar privado de estacionamento solicitado implica, o pagamento de uma taxa anual no valor de 177,96€ ($9\text{m}^2 \times 1,62\text{€/metro} \times 12 \text{ meses} + 3\text{€}$ de imposto de selo). -----

----- **Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, implicando para o ano civil de 2009, o pagamento de uma taxa no valor de 177,96€.** -----

**RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL EM LUGAR PRIVADO PARA O ANO DE 2009 –
Requerente: Correios de Portugal, SA**-----

----- Foi presente informação interna do GTM n.º CN 454/2008, datada de nove de Dezembro do corrente ano, informam que analisado o pedido trata-se da renovação de estacionamento privado afectos à empresa CTT Correios de Portugal para as viaturas com as matrículas 21-CI-75 e 69-AH-53, tendo um lugar uma área de 14,46m² e outro, uma área de 13,54m², num total de 28m². Verifica-se através do D.L. N.º 87/92 de 14/05, que os CTT são uma empresa de capitais exclusivamente públicos.-----

----- Assim, atendendo ao N.º 1, do artigo 2º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira: “estão isentos do pagamento de taxas o Estado, seus institutos e organismos autónomos personalizados”, pelo que o mesmo está isento das respectivas taxas. -----

----- **Após análise da Informação Técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxas, os dois estacionamentos afectos aos CTT.**-----

ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE IMT – Requerente: “Telemanos”--

----- Foi presente informação n.º183/08, do Gabinete Jurídico datada de quatro de Dezembro do corrente, referindo que foi requerida a isenção do pagamento de IMT pela firma “Telemanos Ld.ª” NIPC 508774110, com sede na Rua Sacadura Cabral nº 21/23 em Celorico da Beira e nos termos do artigo 39-B dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, ficam isentas de pagamento de IMT os prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade de empresas. -----

----- O requerente reúne os pressupostos necessários pelo que se propõe a concessão de isenção de IMT.-----

----- **A Câmara nos termos do disposto na alínea a), n.º 3 do art.º 39.º B, da Lei n.º 53-A/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a firma “Telemanos Ld.a”, NIPC 508774110, referente ao imóvel sito na Rua Sacadura Cabral n.º 21/23 registado na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira sob o n.º 768.**-----

----- *A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **PLANO DE FEIRAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA.**-----

----- Foi presente informação que se anexa a esta acta (**anexo VI**), datada de nove de Dezembro do corrente ano, referindo que em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/2008 deve a Câmara aprovar o plano de Feiras do Concelho de Celorico da Beira para o ano de 2009. -----

----- **A Câmara deliberou aprovar o plano de Feiras do Concelho de Celorico da Beira para o ano de 2009.**-----

----- **ENCERRAMENTO**-----

----- Eram dezanove horas e quarenta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei. -----